



# ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **Relatório**

#### **Sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões**

#### **“Realizações Políticas em 2006”**

COM(2007) 67 final

#### **I. Procedimento**

A Comissão de Assuntos Europeus (CAE), em cumprimento do estabelecido pela Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República (AR) no âmbito do Processo de Construção da União Europeia (UE), apreciou a Comunicação da Comissão Europeia (CE) sobre as Realizações Políticas em 2006 (COM (2007) 67 final).

#### **II. Enquadramento geral**

Este é um documento de avaliação do ano de 2006 em termos de acções desenvolvidas pela União Europeia.

O objectivo número um que presidiu à planificação de acções para 2006 foi a proximidade do cidadão, das suas necessidades e interesses. Na sequência desta priorização, as áreas mais focadas estavam relacionadas com a Estratégia de Lisboa para o crescimento e para o emprego.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Este documento retrospectivo avalia em 90% de taxa de execução das acções planificadas, número este muito positivo, mesmo num ano de quadro financeiro para 2007-2013.

A estrutura organizativa do documento divide-se em 6 grandes itens: O 1º item denominado – *Em direcção a uma Europa de resultados – Um ano de acção* – faz a análise e avaliação em termos globais. Em seguida, analisa-se mais enfaticamente as diferentes acções conforme os temas dos 3 itens seguintes – *Prosperidade, Solidariedade, Segurança e Liberdade*. O 4º item trata da problemática da Europa no mundo, como o indica o título do respectivo item *Europa enquanto parceiro mundial*. O último item – *Legislar melhor e actividades em curso* – trata da preocupação de colmatar os vazios legais que tornam a UE impotente, ineficaz e inerte em alguns casos.

### **III. Realizações Política de 2006**

#### *1. Em direcção a uma Europa melhor – Um ano de acção*

O Programa delineado para o ano de 2006 era ambicioso no plano das acções elencadas, mas principalmente no dos objectivos estipulados. Efectivamente o principal objectivo assentava em trabalhar as questões europeias no intento de chegar mais próximo do cidadão. Construir uma Europa dos cidadãos, das pessoas, mais próxima, mais transparente, mais consequente em relação aos interesses das pessoas.

Com esta filosofia presente, a Comissão Europeia estabeleceu como áreas prioritárias de acção a estratégia de desenvolvimento sustentável da UE e a Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego.

Em Junho de 2006, a CE desenhou um calendário para continuar o processo de reforma institucional e foi criado um consenso em torno de uma declaração política a adoptar aquando das comemorações do 50º aniversário do Tratado de



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Roma. Urgia resolver também questões institucionais e constitucionais, pelo que o assunto do Tratado Constitucional esteve sempre em Agenda.

O primeiro semestre do ano de 2006 ficou marcado pela negociação e aprovação do quadro financeiro para 2007-2013 e o segundo foi dedicado à reforma da gestão do orçamento da UE, reforma esta que simplificará o acesso ao financiamento e dinamizará a execução dos programas do quadro plurianual.

Apesar do supracitado Programa de acção ser muito ambicioso, a sua taxa de execução foi de 90%. Resultado este que permitiu à UE reagir às evoluções políticas, tomando medidas rápidas não previstas, como aconteceu com a crise do Líbano.

No cumprimento do objectivo de aproximação dos cidadãos e das suas preocupações e no âmbito da iniciativa europeia em matéria de transparência foram desenvolvidas algumas acções como:

- Lançamento de um Livro Verde sobre a “Iniciativa Europeia em matéria de transparência” o que permitia a abertura e acesso às instituições e documentos da UE;
- Criação de um portal web com informação sobre os beneficiários dos programas e ligação de sítios de Estados-Membros;
- Reforço da relação com os Parlamentos Nacionais (PN) mediante transmissão directa de todas as novas propostas aos PN para que se pronunciem sobre as matérias em causa;
- Valorização da comunicação através de adopção de um Livro Branco sobre “Uma Política de Comunicação Europeia” de forma a tornar a política da UE como um serviço ao cidadão e um instrumento de democracia;
- Desenvolvimento do Plano D – Democracia, Diálogo e Debate, através da intensificação e aprofundamento dos debates com os cidadãos



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

européus a forma a criar canais para que as suas preocupações sejam consideradas pelos responsáveis políticos europeus;

- Política de multilinguismo – aposta na diversidade cultural e linguística e introdução de três novas línguas oficiais (búlgaro, romeno e irlandês) a partir de 1 de Janeiro de 2007;

#### *2. Prosperidade*

##### A Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego

O ano de 2006 obrigou os Estados-Membros a passarem a “velocidade superior” no que diz respeito à Estratégia de Lisboa. Isto mesmo se encontra plasmado no relatório intercalar anual que evidencia os progressos efectivos nesta matéria, assim como a intensificação das actividades com vista à obtenção de resultados práticos e a melhorar o ambiente empresarial de forma a incentivar a implementação e criação de emprego.

A Comissão propôs para 2006 compromissos firmes em 4 domínios:

- Conhecimento (educação, I&D e inovação);
- Exploração do potencial das empresas (especialmente PME);
- Aumento do emprego (em especial dos jovens e dos trabalhadores idosos);
- Energia;

Ao abrigo do Programa Comunitário de Lisboa (PCL) foram feitos progressos significativos com uma taxa de execução que foi de 75%.

A política de coesão confirmou-se como principal dinamizador da realização no terreno da estratégia para o crescimento e para o emprego. O investimento reservado para esta área correspondeu a 200 000 milhões de euros no âmbito dos Fundos Estruturais.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

A política de desenvolvimento rural também esteve orientada para o cumprimento desta estratégia.

#### Inovação

Para dar uma resposta efectiva em matéria de inovação, o Conselho da Primavera de 2006 propôs uma estratégia alargada, produzindo os seguintes resultados:

- Adopção do 7º Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (7PQ) e do 7º Programa-Quadro Euratom de actividades de investigação e formação, em matéria nuclear. Este programa aumentará em 41% as despesas de I&D entre 2007 e 2013;
- Implementação pelo Conselho Europeu de Investigação do investimento em investigação de ponta;
- Novo método de financiamento da investigação tecnológica: parcerias a longo prazo entre sectores públicos e privados para promover a posição da Europa nesta área;
- Programa de Competitividade e Inovação (PCI) estabeleceu como objectivo aumentar em 60% o volume dos instrumentos financeiros que apoiam o espírito empresarial e a inovação;
- Preparação da instituição de um Instituto Europeu de Tecnologia (IET) – pólo de excelência na inovação, investigação e ensino superior na Europa;
- Conclusão das negociações de ITER (Reactor Termonuclear Experimental Internacional) – com o objectivo demonstrar o potencial da fusão como fonte de energia e envolverá países que representam mais de metade da população mundial;
- Sucesso do sistema de navegação global Galileo ao receber os seus primeiros sinais de teste emitidos do espaço, para potenciar ao máximo a utilização do sistema Galileo. A CE lançou um debate



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

com a adopção de um Livro Verde sobre o desenvolvimento de aplicações de navegação por satélite.

#### O mercado único

Relativamente à vasta revisão do mercado único, a Comissão lançou uma consulta a fim de melhorar o seu funcionamento, propondo-se apresentar os resultados em 2007. Foram salientados pela CE como medidas mais significativos nesta área:

- Directiva de Serviços – instrumento importante para libertar todo o potencial do sector europeu dos serviços, que contribui para a criação de um verdadeiro mercado interno de serviços;
- Acordo em torno do REACH (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas) – definiu a reforma global do fabrico, comercialização, importação e utilização de substâncias químicas e entrará em vigor em Junho de 2007;
- Directiva dos Serviços Postais que propõe a abertura completa do mercado dos serviços postais até 2009 – permitirá a concorrência e a escolha dos consumidores, emprego sustentável, preservando um serviço universal de grande qualidade;
- Livro Branco sobre fundos de investimento - Proposta legislativa sobre as propostas de fusões e aquisições entre instituições financeiras;
- Comunicação sobre garantias de depósito no caso de falência de um banco;
- Auto-regulação do sector dos valores mobiliários que permitirá operações transfronteiriças eficientes de compensação e liquidação;



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

- Medidas no domínio dos contratos públicos em matéria de defesa e proposta de alteração das Directivas “Recurso” para reforçar a eficiência dos mecanismos de recurso;
- Abordagem coordenada pela UE relativa aos sistemas nacionais de fiscalidade directa, combate à fraude fiscal e novos programas aduaneiros e fiscais de forma a harmonizar e simplificar o respectivo funcionamento;
- Abolição do imposto sobre as entradas de capitais que incide sobre reuniões de capitais para apoiar o desenvolvimento empresarial da UE;
- Aplicação firme e coerente das regras comunitárias relativas aos cartéis, práticas comerciais restritivas, concentrações e auxílios estatais, como as directivas de aplicação e fixação de coimas para abusos de posição, infracções antitrust,...
- Auxílios estatais a favor de I&D e inovação, capital de risco e auxílios de *minimis* – progresso importante;
- A “iniciativa i2010” – estimula as tecnologias da sociedade de informação a realizarem os objectivos de Lisboa, permite a modernização dos serviços públicos administrativos, daí a pertinência da revisão do quadro normativo das comunicações electrónicas e a redução das tarifas de roaming.

#### Educação e aprendizagem ao longo da vida

A CE ultimou o processo legislativo relativo ao “Programa no domínio da aprendizagem ao longo da vida (ALV)” para 2007-2013, programa este que cobre diferentes valências desde a infância à velhice. A Comissão emitiu uma recomendação sobre o quadro europeu de qualificações para a ALV para uniformizar e permitir a



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

comparação dos diversos sistemas de ensino e formação. Estes programas têm sido positivos a avaliar pelas 280 000 bolsas concedidas em 2006.

Outra ferramenta importante foi a Carta Europeia da Qualidade da Mobilidade.

A Comissão Europeia definiu ainda princípios norteadores quanto à eficiência e equidade nos sistemas europeus de ensino e o carácter essencial da educação e formação de adultos para a empregabilidade, mobilidade e inclusão social. No mesmo sentido, foram estudadas as possíveis abordagens para a modernização das universidades europeias;

#### Energia e transporte

Os progressos nesta área foram consideráveis, começando pela criação de uma política energética europeia integrada. A CE elaborou uma lista de medidas a adoptar com o objectivo de garantir à UE um aprovisionamento energético seguro, competitivo e sustentado.

O documento designado “Uma política externa ao serviço dos interesses da Europa no domínio da energia” é um plano de acção para a eficiência energética – etapa principal de um pacote de medidas que promovem a sustentabilidade, segurança e competitividade da energia europeia.

A CE preparou assim o caminho para a revisão estratégica da política energética europeia a apresentar em 2007.

A Revisão do Livro Branco dos Transportes de 2001 e a Proposta de Instrumentos Complementares para a Mobilidade Sustentável foram um marco importante para a viragem das políticas nesta área.





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Viragem esta que se dedicou a agir em diferentes vertentes, tais como:

- Logística do transporte de mercadorias;
- Formulação de uma série de medidas para apoiar a revitalização do sector ferroviário – essa revitalização passou pela abertura à concorrência do sector ferroviário de mercadorias a partir de 2007;

#### Alargamento da área Euro

A 1 de Janeiro de 2006, é incluída na zona euro a Eslovénia. O relatório de convergência de 2006 evidencia que os países “com uma derrogação” estão a fazer progressos nesse sentido, ainda que com ritmos heterogéneos.

### *3. Solidarietà*

#### Solidarietà social

Em relação às mudanças demográficas, uma comunicação estabeleceu cinco áreas de acção concretas de apoio aos Estados-Membros de forma a se adaptarem às alterações demográficas.

A Comissão apresentou uma comunicação sobre os serviços sociais de interesse geral que visa esclarecer as disposições comunitárias nesta área, bem como a proposta e criação subsequente de um Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização com o objectivo de apoiar os trabalhadores afectados pelos efeitos da globalização.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Em torno do Ano Europeu da Mobilidade dos Trabalhadores, a CE realizou cerca de 2000 eventos na Europa como forma de sensibilização dos cidadãos quanto ao direito a trabalhar em outro país da UE. Foram envidados esforços para a adopção de propostas da Comissão para promover o trabalho digno na UE e no mundo inteiro. A Comissão realizou ainda um trabalho de auscultação sobre a conciliação da vida familiar e profissional e sobre a inclusão activa das pessoas mais marginalizadas do mercado de trabalho.

A CE levou a cabo uma auscultação sobre a necessidade da inclusão no direito europeu a Convenção da OIT em relação às normas de trabalho marítimo.

Um dos assuntos que esteve em agenda foi o debate sobre a flexigurança, isto é, discussão sobre o Direito do trabalho e a necessidade de tornar mais flexível o mercado de emprego e maximizar a segurança dos trabalhadores.

A Comissão preparou para 2008 várias acções no âmbito do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Em 2006, e tendo bem presente o princípio de aproximar a UE das pessoas, a CE concluiu novos programas no domínio da cultura, juventude e cidadania activa;

#### Direitos Fundamentais e justiça social

Esta área de intervenção foi marcada pela regulamentação que institui a Agência dos Direitos Fundamentais da UE, sem dúvida um marco na capacidade da UE em promover e assegurar o respeito pelos direitos fundamentais.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Outra área de preocupação e trabalho da UE foi a protecção dos direitos da criança, que resultou na apresentação de uma iniciativa de promoção e protecção dos direitos da criança nas políticas internas e externas da UE.

Relativamente aos problemas de género, a Comissão criou um Instituto Europeu para a Igualdade de Género após as abordagens sucessivas sobre as desigualdades permanentes de género na Europa e a criação de um novo roteiro para 2006-2010.

Uma outra acção importante do exercício da cidadania foi a possibilidade de exercer o direito de voto nas eleições europeias no país de residência. Ainda com a preocupação centrada nestes cidadãos, foi lançado um livro Verde sobre a protecção diplomática e consular dos cidadãos da união em países terceiros, com o objectivo de informar melhor os cidadãos, examinar o âmbito da protecção e avaliar as estruturas e recursos necessários.

No domínio da justiça civil, estudou-se os melhoramentos na execução dos créditos pecuniários;

Num combate contra a droga, a Comissão estudou a possibilidade de envolver mais directamente as pessoas afectadas pelo problema da droga na formulação destas política.

#### Migrações

O ano de 2006 viu nascer as primeiras medidas efectivas para uma verdadeira política europeia de migrações, como por exemplo:

- Lançamento de diversas operações marítimas conjuntas no mar Mediterrâneo e no Oceano Atlântico;



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

- Contribuição da UE para as discussões da ONU sobre migrações e desenvolvimento;
- Fixação de um programa de trabalhos com os países africanos;
- Cooperação reforçada com países mediterrâneos e africanos;
- Reforço dos meios de gestão das migrações no Senegal e Mauritânia para contribuir para melhores controlos de migrações por via marítima.

Quanto à imigração clandestina, a Comissão propôs um modelo melhor para gerir as suas fronteiras marítimas externas. Olhando para África, propôs modos de intensificar o diálogo e a cooperação com este país principalmente em questões migratórias.

#### Coesão europeia

A política e coesão foram negociadas dentro do quadro normativo para o efeito para o período de 2007-2013 e foram estabelecidas as prioridades para investimentos futuros nas áreas da investigação, inovação, economia do conhecimento e capital humano;

#### Protecção do ambiente, alterações climáticas e gestão sustentável dos recursos

Em Junho, o Conselho Europeu renovou o seu compromisso empenhado na confirmação da estratégia renovada para o desenvolvimento sustentável. Sete estratégias temáticas formam a parte central do 6º Programa de Acção Comunitário para o Ambiente, são elas o ar, o solo, os resíduos, os recursos naturais, os pesticidas, o ambiente e o ambiente marítimo.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Na área dos produtos bio degradáveis, a CE apresentou uma estratégia comunitária para incentivar a produção sustentável de bio carburantes de origem agrícola. Criou ainda um plano comunitário para eliminar a perda de biodiversidade até 2010.

Durante o ano de 2006, a Comissão Europeia centrou o debate ambiental em torno das alterações climáticas e, conseqüentemente, tomou as seguintes medidas:

- Viabilizou o regime de comércio de licenças de emissão de gases da UE;
- Estabeleceu um calendário para alargar o sistema aos novos sectores e gases;
- Apresentou legislação para incluir as emissões de gases com efeito de estufa da aviação civil no regime de comércio de licenças de emissão de gases da UE;
- Verificou e aprovou os planos nacionais de atribuição de licenças de emissão dos Estados-membros no decurso do 2º período de comércio de licenças de emissão previsto pelo regime (2008-2012).

A CE salienta o papel central da UE na 12ª Conferência das Partes à Convenção sobre as alterações climáticas e na reunião das mesmas no Protocolo de Quioto, onde foram feitos progressos ao nível do fundo especial para as alterações climáticas e sobre o compromisso assumido sobre a redução de emissões após 2012.

Relativamente à política marítima, a Comissão efectuou uma consulta sobre as futuras políticas para a UE, com o objectivo de perguntar aos



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

cidadãos como querem abordar esta questão, mas também pretendendo atingir um equilíbrio sustentável tendo em conta as dimensões económicas, sociais e ambientais.

Na política comum das pescas, adoptou-se as seguintes medidas:

- Adopção do 1º quadro global de conservação das pescas para o Mediterrâneo;
- Reforço do controlo e da execução destas directivas por meio de tecnologia moderna;
- Recondição de acordos de parceria de pescas com países terceiros tais como a Gronelândia e a Mauritània;

Quanto à política agrícola comum (PAC) a Comissão propôs:

- Reforma da organização comum do mercado vitivinícola com o objectivo de melhorar a competitividade;
- Reforma generalizada do regime de ajuda aos produtores de banana;
- Proposta sobre uma política mais orientada para o mercado no sector das frutas e dos produtos hortícolas;
- Decisão sobre as directrizes estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural para 2007-2013, o qual visa cumprir os objectivos de sustentabilidade de Gotemburgo e contribui para a Estratégia renovada de Lisboa para o crescimento e emprego;
- Proposta de instituir uma única organização comum de mercado (OCM) para todos os produtos agrícolas, a fim de simplificar a PAC.

Resultaram deste trabalho 96 programas previstos de desenvolvimento rural.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

#### *4. Segurança e Liberdade*

##### Justiça e Assuntos Internos

No âmbito das acções de Justiça e Assuntos Internos, a principal preocupação foi desenvolver o espaço de liberdade, segurança e justiça de forma a melhorar o funcionamento das políticas europeias.

Quanto às fronteiras, o trabalho efectuado produziu os seguintes resultados:

- Criação de equipas de intervenção rápida que auxiliem os Estados-Membros que têm dificuldade em controlar as suas fronteiras externas;
- Proposta para um Código Comunitário de Vistos;
- Preparação do quadro jurídico do Sistema de Informação de Schengem de 2ª geração, o qual apoia a extensão do espaço Schengem;
- Reforço da cooperação policial europeia através da inclusão da Europol no quadro da UE;

No que diz respeito à justiça penal, a Comissão abordou problemas como à falta de reconhecimento mútuo da prisão preventiva nos Estados-Membros.

Em Dezembro, foi melhorada a proposta para um programa europeu para a protecção das infra-estruturas críticas, que é uma medida para preparar a UE para possíveis ataques terroristas.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Para uma maior sensibilização para a protecção de dados e equipamentos, a CE criou um documento estratégico sobre a segurança das redes e das informações.

No domínio da segurança aérea, a UE tomou medidas para combater novas ameaças nomeadamente quanto aos explosivos líquidos, como por exemplo a restrição dos líquidos que os passageiros podem transportar nos aviões. São ainda exemplos o novo acordo com os EUA sobre o registo de identificação de passageiros, a alteração do Código Aduaneiro Comunitário que visa reforçar a segurança da cadeia de aprovisionamento da UE e facilitar o comércio internacional.

#### Saúde e Segurança

No âmbito das políticas de saúde europeias, a CE conseguiu chegar a acordo sobre o Programa de Saúde da UE para 2007-2013 que fixa o quadro de financiamento e projectos referentes à saúde durante este período. Lançou ainda uma consulta sobre cuidados de saúde transfronteiriça de forma a apoiar a cooperação entre os sistemas de saúde dos Estados-Membros.

Face às recentes catástrofes naturais, a Comissão considerou pertinente a preparação do fundo de solidariedade da UE que assistiu financeiramente a 9 casos em 2006, utilizando a quantia de 199,24 milhões de euros.

Na área de segurança dos alimentos, a CE implementou a obrigatoriedade da formação dos funcionários responsáveis pela realização dos controlos e propôs novas regras harmonizadas para a colocação de produtos fitofarmacêuticos no mercado.

Para a redução dos efeitos nocivos do álcool, a Comissão concebeu uma estratégia de apoio aos Estados-Membros, assim como foram efectuados grandes esforços para minimizar a gripe aviária, o que obrigou à revisão





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

e coordenação dos planos de preparação para uma pandemia de gripe humana. No ano em causa este plano de emergência deu resposta a 20 emergências.

Em questões de segurança aérea, a Comissão elaborou uma lista de linhas aéreas consideradas inseguras e, como tal, não autorizadas a voar na UE.

Na política de protecção dos consumidores, a CE iniciou as negociações para a elaboração do novo programa de acção comunitário (2007-2013).

#### *5. A Europa enquanto parceiro mundial*

##### Alargamento

O alargamento foi um dos assuntos em agenda mais importantes. Com a adesão da Bulgária e da Roménia estava completa a 5ª vaga de alargamentos. Urgia criar um consenso renovado sobre esta problemática, incluindo um relatório especial sobre a capacidade de integração.

Quanto aos 3 países candidatos (Croácia, antiga República Jugoslava da MacedóniaXXXX e Turquia) continua o acompanhamento nos sentidos de analisar os progressos no sentido do cumprimento dos critérios de adesão.

Como a Turquia não cumpriu a aplicação integral e de forma não discriminatória do protocolo de Ancara, a Comissão emitiu uma recomendação sobre o futuro das negociações da adesão.

Nos Balcãs Ocidentais, trabalhou-se na aplicação do processo de estabilização e associação (PEA).



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

Com o referendo a permitir a independência do Montenegro, a Conselho aceitou um novo mandato para negociar um acordo de estabilização e de associação (AEA) com este país. Outros desenvolvimentos importantes de um AEA foram com a Albânia, com a Bósnia Herzegovina. Suspendeu-se as negociações com a Sérvia devido à deterioração da cooperação com Belgrado por causa do Tribunal Penal Internacional; Quanto ao Kosovo, prepara-se a futura presença internacional e a futura missão “Estado de direito”, no âmbito da PESD.

A comissão deu prioridade à comunicação relativa ao alargamento através de parceiras estratégicas, tais como instituições da UE, administrações regionais e locais, meios de comunicação e as ONG; assim como tentou a via do diálogo com a sociedade civil para melhorar a compreensão e responder positivamente às preocupações dos cidadãos relativamente às políticas de alargamento.

#### Vizinhança europeia

A UE evidenciou os progressos significativos da Política Europeia de Vizinhança (PEV). Doze parceiros assumiram compromissos mútuos concretos no quadro da PEV, sendo os mais recentes os aqui citados:

- 3 planos de acção adicionais para a Arménia, Azerbaijão e Geórgia;
- 2 planos acordados com o Egipto e Líbano;

A Comissão apresentou directivas de negociação com a Ucrânia para modificar o actual acordo. Foi adoptada uma estratégia ambiental a longo prazo para proteger e limpar o Mar Mediterrâneo.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

As etapas futuras da PEV são:

- Estabelecimento de novas propostas para reforçar e desenvolver a PEV;
- Adopção de um novo instrumento financeiro específico – Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria (IVEP); este instrumento visa melhorar a qualidade da assistência da UE e fornecerá mais fundos para apoiar as reformas dos parceiros da UE;

#### Resto do mundo

Em Junho, a Comissão apresentou o documento/análise “Europa no Mundo” que identificou propostas práticas para uma maior coerência, eficácia e visibilidade das acções externas da UE e reforça assim a ligação entre política interna e externa. O documento em causa dedicou-se a áreas como: segurança energética, alterações climáticas, prevenção do terrorismo, política económica e financeira.

Outros percursos a realizar foram desenhados:

- Desenvolvimento das relações com a China – a última cimeira realizada em Helsínquia permitiu estabelecer o lançamento de negociações sobre o acordo de parceria e de cooperação;
- Negociação de novos projectos de directivas para um novo acordo-quadro sobre relações entre a UE e a Rússia;
- Início das negociações para acordos de associação com a América Central e a Comunidade Andina;

Avaliando já alguns dos resultados mais visíveis, considerou-se como importantes os desafios comerciais ganhos na estratégia “Europa global:



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

competir a nível mundial”, que definia a combinação de acções internas e externas para reforçar o crescimento e o emprego na Europa.

Os referidos ganhos passam também pelas seguintes conquistas:

- Reflexão sobre a aplicação de instrumentos de defesa comercial da UE;
- Pedidos de novos acordos comerciais bilaterais com a Índia, Coreia do Sul e países ASEAN;
- Apresentação de uma nova visão para as regiões das Caraíbas e Pacífico;
- Promoção da integração regional para abordar especificidades económicas e ambientais da área das Caraíbas;
- Alargamento do diálogo político e assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais no Pacífico.

2006 foi o primeiro ano de execução da estratégia UE para África, com uma proposta de uma parceria ambiciosa e inovadora em matéria de infraestruturas.

Nesta matéria, a CE salienta:

- Comunicação da parceria estratégica entre a UE e a África do Sul;
- Desenvolvimento de uma estratégia para a paz, segurança e desenvolvimento no Corno de África;
- Planos de desenvolvimento de governação democrática para reduzir a pobreza e estabilizar a paz;
- Proposta de uma abordagem comum da UE para incentivar os países em vias de desenvolvimento a intensificar as suas reformas, baseadas em incentivos oferecidos aos governos como é bom exemplo a criação do Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis (GEEREF) para



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

aprovisionar países em vias de desenvolvimento com energia limpa e segura.

A consistência do papel da UE como reacção a crises internacionais ou situações imprevistas reforçou-se em diferentes vertentes: contribuições para operações da PESC, ajuda humanitária, observação eleitoral ou outros mecanismos de reacção rápida, catástrofes naturais, prestar assistência às vítimas de conflitos.

Exemplos objectivos deste papel são os canais de assistência ao povo palestiniano através do Mecanismo Internacional Temporário ou as respostas ao conflito entre Israel e Líbano, ou ainda a crise de Timor-Leste.

O aumento e a gravidade das crises humanitárias em 2006 aumentaram significativamente e o orçamento destinado à ajuda humanitária foi de 671 milhões de euros.

#### *6. Legislar melhor e actividades em curso*

A Comissão apresentou, em Novembro, a análise estratégica da iniciativa “Legislar Melhor” que avalia os progressos efectuados e formula propostas concretas.

A criação de um comité para a avaliação de impacto de todas as iniciativas fez cerca de 67 avaliações em 2006.

O alargamento do programa continuado de simplificação entre 2006-2009 fez mais 40 novas iniciativas, entre as quais refere-se as seguintes:

- Formulação de uma proposta para reduzir em 25% dos encargos administrativos e integração num quadro-padrão para a medição dos respectivos custos;
- Reforço do sistema de controlo de execução orçamental;



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

- Aumento das autorizações orçamentais em 57% desde 2001 ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento;
- Aplicação da legislação da UE, apoiando os esforços do E-M no sentido de alcançar um défice inferior a 1,5%;
- Trabalho de desenvolvimento e modernização da administração, testagem de sistemas ou estruturas em caso de crise;
- Medidas preparatórias para integração dos funcionários búlgaros ou romenos;
- Desenvolvimento dos domínios de administração electrónica e de comunicação com as administrações nacionais, empresas e cidadãos;

#### **IV. Conclusão**

O documento “Realizações políticas em 2006” plasma a preocupação de estar próximo dos cidadãos, nas suas mais diversas áreas de intervenção.

A Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego foi a forma multifacetada para, através da inovação, da educação e aprendizagem ao longo da vida, da solidariedade social, dos direitos fundamentais e justiça social, das migrações e do ambiente, chegar mais perto dos europeus. O trabalho intenso ao nível legislativo ilustra e torna palpável essa preocupação. Todos os cidadãos têm um papel importante na construção da Europa, é com eles que se constrói uma Europa mais forte.

Para além dos europeus, os cidadãos do resto do mundo tiveram também uma especial atenção, o que facilmente se prova pela capacidade de resposta da Europa a flagelos e em intervenções humanitárias.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### **Comissão de Assuntos Europeus**

#### **V. Parecer**

Assim, a Comissão de Assuntos Europeus é de parecer que, nos termos consagrados na Lei nº43/2006, de 25 de Agosto, em relação ao documento intitulado – *Comunicação da Comissão Europeia sobre as Realizações Políticas em 2006 (COM(2007)67 final)*, - o processo de escrutínio está concluído.

Palácio de S. Bento, 11 de Setembro de 2007

A Deputada Relatora,

O Presidente da Comissão,